



A genealogia das tecnologias de segurança da população em Michel Foucault

Leandro Alves Martins de
Menezes³⁴¹
UFG/Capes

Resumo: O trabalho proposto está assentado nas pesquisas apresentadas por Michel Foucault no curso do Collège de France, ministrado no ano de 1978, intitulado *Segurança, território, população*. A pesquisa visa evidenciar a genealogia do poder pastoral no Oriente e Ocidente. Proporemos pensar os problemas dos governos da vida com um enfoque que recairá na hipótese de que o poder pastoral configura-se como estrutura fundamental de compreensão do nascedouro de todas as formas de governar vidas, inclusive as formas políticas bioreguladoras. Para isso será estabelecida relações entre as noções indivíduo/soberania/população nos termos ovelha/pastor/rebanho. A novidade dessa parte do estudo está exatamente na relação dos dispositivos de controle da população, como a polícia, com as práticas do poder pastoral. Possibilitando assim a constituição de uma história da governamentalidade.

Michel Foucault, nas suas pesquisas elaboradas entre os anos de 1974 até 1976, preocupou-se em identificar na modernidade a estrutura formativa dos modos de governar vidas, a partir daquilo que denominou por anatomia política e biopolítica. Há aparentemente um hiato nas pesquisas de Foucault entre os cursos *If faut défendre la société* e *Sécurité, territoire, population*. Precisamente no ano de 1977, devido um pedido de férias³⁴² ao Collège de France. Todavia, Foucault parece neste ano não ter ficado muito distante de suas pesquisas, porque com o curso de 1978 o caminho de suas aulas é percorrido por uma perspectiva bastante diversa da apresentada no curso anterior. Embora seu campo temático tenha permanecido próximo, suas perguntas se tornaram outras, com uma ordem de preocupação histórica radicalmente diferente.

Durante a preparação do curso *Sécurité, territoire, population* o teórico francês se voltou para uma análise genealógica bastante distinta da apresentada por ele mesmo anteriormente. É vislumbrada uma possível origem das primeiras tecnologias usadas na biopolítica assentadas em um poder de tipo pastoral. Desse modo, para este curso, foi proposto construir algo próximo de uma história do poder pastoral. Tal objetivo é

³⁴¹ Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2007), especialista em História Cultural e Educação pela mesma instituição (2009), bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (2008). Atualmente é mestrando em História - área de concentração Culturas, Fronteiras e Identidades (UFG), com pesquisa sobre medicina social, governamentalidade e biopoder. (bolsista: Capes)

³⁴² “Michel Foucault lecionou no Collège de France de janeiro de 1971 até sua morte em junho de 1984 – com exceção de 1977, quando gozou de um ano sabático. O nome da sua cadeira era: História dos sistemas de pensamento.” Nota de François Ewald e Alessandro Fontana (FOUCAULT, 2008, nota p. XIII)



justificado, em sua pesquisa, no que tange a tentativa de encontrar a base genealógica das tecnologias políticas que compreendam a vida como estrutura biológica, como espécie que deve ser assegurada.

Nessa perspectiva Michel Foucault, durante o curso ministrado no Collège de France em 1978, percorreu por um conceito inventivo, ao qual intitulou por *governamentalidade*³⁴³. Antes de elucidar os traços históricos e filosóficos dessa invenção conceitual, foi necessário que explicitasse seu entendimento sobre a noção de governo, do que é governar. Dessa forma, em sua perspectiva, há uma clara separação entre o que é *governar*, em relação à idéia de *reinar, fazer lei, comandar*. Governar não seria então, imediatamente o mesmo que ser soberano, senhor, juiz, proprietário, general, professor, etc. Então o que seria governar? Que forma de poder específico opera essa definição?

A hipótese primeira é que inicialmente a palavra *governo* não esteve associada à *política*. Recorrendo aos dicionários históricos de língua francesa, Foucault percebe que durante os séculos XIII, XIV e XV a terminologia se relacionava ao sentido material, físico, espacial, ou seja, governar era dirigir algo, seguir algum caminho. Encontramos nesse período também o significado com uma conotação moral, isto é, governar como conduzir alguém em vista de uma ação correta, seja espiritual ou material, impor um regime, por exemplo, a um doente, propor modos de conduta ética. Termos como *a 'mulher era de mau governo ou em decorrência do bom governo do médico, o paciente superou a doença'* sustentavam a compreensão da palavra durante estes séculos. Outro sentido seria associado aos imperativos de uma relação com outro, ou melhor, governar alguém sendo entendido como entreter alguém, falar com alguém.

Percebemos que antes da palavra *governo* atingir profundamente um sentido político, seu estatuto semântico se apresentava extensamente poliédrico. Assim como aponta Michel Foucault, justificando que a palavra:

(...) se refere ao deslocamento no espaço, ao movimento, que se refere à subsistência material, à alimentação, que se refere aos cuidados que se podem dispensar a um indivíduo e à cura que se pode lhe dar, que se refere também ao exercício de um mando, de uma atividade prescritiva, ao mesmo tempo incessante, zelosa, ativa, e sempre benévola. (FOUCAULT, 2008, p.164.)

³⁴³ O conceito *governamentalidade* é um neologismo criado por Michel Foucault, para apresentar em suas obras e cursos a maneira como os governos historicamente conduziram as condutas dos homens, das populações, auxiliando como ponto de análise para as relações de poder que são por ela estabelecidas.



Nesse cenário, notamos que aquilo que é governado não é um Estado, nem um território ou mesmo uma estrutura política. O que se toma por objeto de governo são as pessoas, as coletividades, os indivíduos.

A partir desta inferência, Michel Foucault apresenta uma hipótese no mínimo polêmica. Argumenta que esse princípio de um entendimento do governo enquanto governo dos homens não tem origem nos modelos gregos, nem pertence a uma idéia romana. Segundo Foucault, nas mitologias gregas há, em geral, uma ênfase no contexto de governar associado ao direcionamento das cidades, tendo o objetivo de ação frente ao território e não sobre os indivíduos. Assim como alegoricamente aponta: “O capitão ou o piloto do navio não governa os marujos, governa o navio. É da mesma maneira que o rei governa a cidade, mas não os homens da cidade.” (FOUCAULT, 2008, p.165.) O governo dos homens é apenas indireto, na medida em que estão na cidade ou – como foi apresentado no exemplo – no navio. Qual seria então, para Foucault, a origem desta forma de governo? Sua resposta é que:

(...) se pode dizer que a idéia de um governo dos homens é uma idéia cuja origem deve ser buscada no Oriente, num Oriente pré-cristão primeiro, e no Oriente cristão depois. E isso sob duas formas: primeiramente, sob a forma da idéia e da organização de um poder de tipo pastoral, depois sob a forma da direção de consciência, da direção das almas. (FOUCAULT, 2008, p.166.)

No Oriente, encontramos discursos religiosos centrados na concepção de uma organização pastoral de poder em relação aos homens; em regiões como no Egito antigo, Assíria, Mesopotâmia e, sobretudo entre os hebreus. O rei, nesses cenários, era compreendido como o pastor dos homens. Percebemos assim, entre Deus e o soberano uma simetria, na medida em que ambos são os pastores dos homens. O soberano é, na verdade, uma espécie de eixo fundamental de ligação das vontades divinas no âmbito terrestre, sendo o rei então, uma espécie de subalterno de Deus.

Essa visão é bastante diversa da perspectiva religiosa e política grega. Entre os gregos, os deuses não conduziam homens como rebanho. A ação dos deuses é de formação e manutenção das cidades. Os deuses gregos, de uma forma geral, são entidades territoriais, tem sua localidade, seu templo, seu lugar privilegiado. Noutro



sentido, por exemplo, o Deus hebraico assume características de deslocamento, de condução dos povos, dos indivíduos, sobre os caminhos mais férteis.

É função do pastor, do exercício de poder pastoral, alimentar diretamente o rebanho, os indivíduos; tal qual Moisés foi designado por Deus a fim de conduzir o rebanho de Israel. Esse poder é sustentado sob a missão do dever em relação às pessoas que são governadas. O soberano que assume o poder pastoral é aquele que visa afastar a desgraça de seu rebanho. O mau pastor é aquele que só consegue pensar no pasto em vista de si, de seus lucros. Por outro lado, o bom pastor pensa apenas nas condições do seu rebanho.

Nessa bipolaridade, encontramos a postura de um governo territorial, espacial, associado ao mau governo pastoril, sendo o bom aquele que visa o bem-estar do rebanho, que está a serviço dele. Contudo, esse poder é individualizante. Embora o pastor dirija todo o rebanho, sua ação só é efetivada na medida em que nenhuma ovelha escapa aos seus domínios. Por isso o pastor produz uma atividade diária de contar as ovelhas. Dentro da ótica hebraica, o pastor só existe na medida em que o rebanho o faz existir. Essa prática se repete nas tradições cristãs, na medida em que o pastor sendo um, se sacrifica pelo todo, pelo rebanho. Percebemos que o governo pastoral, esse gênero de poder, se estabelece nas multiplicidades e não no território. Diferente disso, na análise de Foucault, os modelos grego e romano seguem uma estrutura estranha a esse tipo de poder pastoral.

A noção pastor-rebanho é um tema frequente na literatura egípcia faraônica, na Assíria, mas não entre romanos e gregos. Para não dizer que é inexistente, podemos afirmar que é pouco recorrente e quando o é, a noção de pastorado se torna distinta daquela que passa a ser assumida posteriormente pelo cristianismo. Há indicações, em Foucault, por exemplo, na tradição pitagórica de referências do modelo pastoral, naquilo que é chamado pelos gregos de *nómos* e *kósmos*. Na obra *Helenização e recriação de sentido* de Miguel Spinelli, encontramos o cenário de formação do pastorado cristão nos séculos II, III e IV. Dentro de uma vasta abordagem, verificamos uma rápida apresentação dessa perspectiva pitagórica e por ela conseguimos encontrar rastros de uma visão pastoral:

É a Pitágoras que se atribui a invenção da palavra *Kósmos*, a fim de designar a beleza e o arranjo da Natureza. 'Foi Pitágoras (o relato é de Aécio) o primeiro a dar o nome de *Kósmos* ao invólucro do universo, justamente por causa de sua organização <táxis>'. (SPINELLI, 2002, p.2006/2007.)



É uma proposta pastoral, porque compreende a criação do mundo a partir de algo gestor, uma ordem observável. Nesse âmbito o bom pastor é aquele que produz lei, distribui alimento, dá direcionamento ao rebanho, indica caminhos corretos, etc. Por outro lado, é importante diferenciar a noção pastoral grega daquelas encontradas no Oriente.

Recorrendo ao diálogo de Sócrates com Trasímaco³⁴⁴ no livro I de *A República*, percebemos a alusão ao bom magistrado. O bom governante associado ao gestor, proposto por Trasímaco numa relação de semelhança metafórica com o bom pastor. A metáfora é apresentada em três níveis: 1 – representado na figura dos deuses, que são fundadores das cidades, pastores da humanidade. 2 – o magistrado do tempo atual, aquele que gere e governa a cidade. 3 – na idéia de que só é possível ser um bom magistrado sendo um verdadeiro pastor. Lendo a voz deste sofista podemos entender essa posição por uma análise mais próxima:

Estás de má-fé a discutir, ó Sócrates. Chamas, por exemplo, médico, àquele que se engana relativamente aos doentes, precisamente pelo facto de se enganar? Ou chamas hábil calculador àquele que erra seus cálculos, precisamente por esse erro? Parece-me que são formas de dizer que usamos – de que o médico se enganou, ou o calculador ou o mestre-escola. Quando, na realidade, cada um destes na medida em que lhe damos estes nomes, jamais erra. De maneira que, em rigor, uma vez em que também gostas de falar com precisão, nenhum artífice se engana. Efectivamente, só quando o seu saber o abandona é que quem erra se engana e nisso não é um artífice. Por consequência, artífice, sábio ou governante algum se engana, enquanto estiver nessa função, mas toda a gente dirá que o médico errou, ou que o governante errou. Tal é a acepção em que deves tomar a minha resposta de há pouco. Precisando os factos o mais possível: o governante, na medida em que está no governo, não se engana; se não se engana, promulga a lei que é melhor para ele, e é essa que deve ser cumprida pelos súbditos. De maneira que, tal como declarei de início, afirmo que a justiça consiste em fazer o que é conveniente para o mais poderoso. (Trasímaco, apud PLATAO, 2001, p.27/28.)

Platão, noutro sentido, dando corpo e publicando os pensamentos e diálogos do personagem Sócrates, nesta mesma obra, alega que as relações entre governo e cidade não se aplicam a noção pastor-rebanho, na medida em que nem todo pastor permite a produção de um homem político. Ser pastor, nesse entendimento, consistiria em fazer

³⁴⁴ Sofista e talvez o maior interlocutor de Sócrates.



tudo pelo rebanho e ser único. A crítica proposta por Platão é justamente essa, isto é, o magistrado não pode ser um pastor, porque sozinho, sendo único, ele não é capaz de gerir todos em uma república. Pelo contrário, os poderes pastorais seriam inimigos do rei, do magistrado, do governante. Tal como afirma Foucault sobre a posição de Platão:

O agricultor, o padeiro é um rival do rei, é pastor da humanidade. Mas o médico que trata os que estão doentes também é pastor, exerce função de pastor, o professor de ginástica, o pedagogo que cuida da boa educação das crianças, da sua saúde, do vigor do seu corpo, da sua aptidão, estes também são pastores em relação ao rebanho humano. Todos podem reivindicar ser pastores e, portanto, são rivais do homem político. (FOUCAULT, 2008, p.191.)

O governante não pode ser um subalterno, tal como encontramos nas narrativas pastorais. Percebemos assim, um padrão pastoral grego bastante distinto dos avistados no mundo oriental. Na visão grega boa parte do pastorado não é político, há uma clara separação da noção de pastorado e da ação política. Sócrates e Platão contrariam Trasímaco, na própria noção de pastor, exemplificado, entre outros, na figura do médico e desconectam essas práticas das ações políticas:

Ora nenhum médico, na medida em que é médico, procura ou prescreve o que é vantajoso ao médico, mas sim ao doente? Pois concordamos que médico, no sentido rigoroso, é o que governa os corpos, e não o que faz dinheiro com eles. Ou não concordamos? (...) Portanto, Trasímaco, nenhum chefe examina ou prescreve o que é vantajoso a ele mesmo, mas o que é para o seu subordinado, para o qual exerce a sua profissão, e é tendo esse homem em atenção, e o que lhe é vantajoso e conveniente, que diz o que diz e faz tudo quanto faz. (Sócrates, apud PLATAO, 2001, p.31.)

Portanto, essas narrativas filosóficas ou mesmo sobre as divindades, não nos dão subsídios para a hipótese pastoral no âmbito político. Em especial, não encontramos tais referências nos discursos míticos. Afinal de contas, os deuses gregos, de modo geral, são entidades fundadoras, territoriais, que fornecem ferramentas aos homens, mas não os caminhos. Assim sendo, a participação dos deuses na vida dos homens é indireta. São então os homens que se dirigem a política, não os deuses, nem pastorados. Os magistrados fazem partes dos homens, não podendo se considerar, dentro dessa visão, pastores.



O entendimento político presente entre os gregos, segundo Foucault, não se pauta por uma semelhança ao pastor, mas é aplicada a metáfora do tecelão. O pastor é aquele que cuida de todo o rebanho, já o tecelão desenvolve sua atividade com a ajuda de certo número de ações internas, preparatórias, por exemplo, na preparação da lã, na trança do fio, etc. A atividade do tecelão é operada por uma relação de interdependência com outras ações adjuvantes para que ele possa trabalhar. O homem político liga-se nesse processo de rede. A arte do rei, na perspectiva grega, não é a mesma arte do pastor, é na verdade a do tecelão. Por isso, Foucault afirma a ausência do pastorado no vocabulário político clássico entre os gregos, e nos poucos momentos em que a idéia é apresentada, quase automaticamente é rechaçada, tal em Platão como citamos.

Michel Foucault conclui que o tema do pastorado tem origem entre os orientais e hebreus, mas é difundido com a formação do cristianismo. Essa é a sua hipótese sobre a genealogia do pastorado na política ocidental:

Assim sendo, creio que podemos dizer o seguinte: a verdadeira história do pastorado, como foco de um tipo específico de poder sobre os homens, a história do pastorado como modelo, como matriz de procedimentos de governo dos homens, essa história do pastorado no mundo ocidental só começa com o cristianismo. (FOUCAULT, 2008, p.196.)

Foucault, no curso de 1978, insiste longamente na distinção do pastorado grego e oriental, porque é seu objetivo justificar que as condições formadoras do cristianismo como modo de governo e os governos bioreguladores da vida que se constituíram na modernidade, em alguma medida, legam do pastorado oriental.

O dispositivo de poder pastoral existente desde os antigos é, para Foucault, reafirmado na lógica cristã e aperfeiçoado por mais de quinze séculos. É lapidado desde os séculos II, III d.C até o século XVIII, em que as redes de poder pastoral modificam em sua dinâmica. As guerras religiosas ocorridas a partir do século XV, dentre outros elementos, deduzem a busca do melhor pastor, sobretudo se tomarmos como exemplo histórico a Reforma e Contra Reforma. A idéia de Foucault é que embora nestes séculos as ordens de poder, as dinâmicas tenham mudado, uma característica permanece em jogo; o princípio pastoral:

(...) o poder de tipo feudal sem dúvida conheceu revoluções ou, em todo caso, defrontou com uma série de processos que acabaram



liquidando-o de fato e varrendo-o da história do Ocidente, salvo alguns vestígios. Houve revoluções antifeudais, nunca houve uma revolução antipastoral. O pastorado ainda não passou pelo processo de revolução profunda que o teria aposentado definitivamente da história (FOUCAULT, 2008, p.199.)

Foucault, assim, defende o argumento de que ao longo desses quinze séculos, vários sistemas políticos, redes de poderes foram alteradas, questionadas, mas jamais o pastorado e que o poder pastoral foi investido pela política moderna nos níveis da arte de governar, do poder disciplinar, do liberalismo e da própria biopolítica. Em 1978, pela primeira vez, é por ele estabelecida uma relação direta e aguda das técnicas bioreguladoras da vida com certas práticas do mundo antigo. Não é seu objetivo situar uma biopolítica entre os antigos, e sim de apresentar a genealogia de algumas das práticas exercidas nos governos da vida. Práticas essas, que a partir de 1978, passam a ser associadas por Foucault ao poder pastoral. Dessa forma, ao contrário do que a maior parte dos leitores de Foucault e estudiosos do tema indicam, as bases tecnológicas do biopoder não são iniciadas no corpo-máquina, no poder disciplinar, mas muito antes, no poder pastoral do Oriente.

Vemos então no pastorado cristão as primeiras técnicas ocidentais dos governos da vida. Identificamos o poder pastoral como alternativa para o governo de pessoas, como organização da vida humana. Modelo pelo qual se ensina as pessoas a governar outros e também aos outros se deixarem governar, como ovelhas que são guiadas por seu pastor. Prática orientada pela forma histórica do pastorado hebreu, que foi determinante para influenciar o nascimento desse modo de gestão no Ocidente, a princípio na idéia de Jesus como pastor da humanidade. Assim como aponta Foucault:

Cristo, claro, é pastor, e é um pastor que se sacrifica para trazer de volta a Deus o rebanho perdido, que chega a se sacrificar não apenas pelo rebanho em geral, mas por cada uma das ovelhas em particular. Encontramos aí o tema mosaico, como vocês sabem, do bom pastor que aceita sacrificar todo o seu rebanho para salvar a única ovelha que está em perigo. (FOUCAULT, 2008, p.201/202.)

Concluimos nessa análise que o primeiro pastor ocidental é Jesus. Contudo, o cristianismo em seu desenvolvimento, com a organização de paróquias, crescimento de sua ação territorial ao longo da Idade Média, permitiu a fragmentação da noção de pastorado como representativo único, gestor de todos. Vemos a promoção de um novo



entendimento pastoral, em que não há mais somente um pastor, mas vários, estes sendo os padres da Igreja. Esse processo foi um dos causadores dos problemas que produziram imperativos da Reforma, isto é, um questionamento sobre o estatuto de pastor aos padres. A noção de pastorado em Jesus é também bastante distinta de qualquer base de pastorado grego, dado que nas palavras de Spinelli: “os gregos não acreditavam na possibilidade de se conhecer Deus, porque ele não é corpo, porque não se mostra ou é tangível...o nascimento de Jesus é narrado como uma ruptura dessa condição.” (SPINELLI, 2002, p.109.)

Toda essa etapa genealógica aqui analisada aponta para a formação do poder pastoral, mas a reflexão histórica situada até então não inclui esse poder no nível exatamente político. Esse poder desenvolvido por um milênio e meio³⁴⁵ permaneceu distinto de uma associação objetiva e direta com o poder político. Essa é precisamente a novidade que encontramos no exercício pastoral a partir do século XVI, ou seja, a inserção processual do saber pastoral no âmbito político. É a inflexão, a base que encontramos, segundo Foucault, nas origens das técnicas e sistemas de governo bioreguladores dos Estados modernos.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Tomás de. *Escritos Políticos*. Tradução: Francisco Benjamin de Souza Neto. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)*. Trad. de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. *Segurança, território, população*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FILHO, Kleber Prado. *Michel Foucault: uma história da governamentalidade*. Rio de Janeiro: Editora Indular Achiamé, 2006.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HELLER, Ágnes; FEHÉR, Ferenc. *Biopolítica: la modernidad y la liberación del cuerpo*. Traducción: José Manuel Álvarez Flórez. Barcelona: Ediciones Península, 1995.

³⁴⁵ Trajetória e desenvolvimento do saber-poder cristão.



PLATÃO. *A República*. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Porto: Editora Calouste Gulbenkian, nona edição, 2001.

SPINELLI, Miguel. *Helenização e recriação de sentidos (A Filosofia na Época da Expansão do Cristianismo – Séculos II, III e IV)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.